



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

| | |
|-----|------------------------------------|
| 2.º | PUBLICADO NO D.O.U. 1º 07.02.94 |
| C | |
| C | Rubrica |

Processo no: 11080.011011/91-81

Sessão de : 14 de abril de 1993 ACORDADO Nº 203-00.376
Recurso no : 90.636
Recorrente : TELEVISÃO GAUCHA S/A
Recorrida : DRF EM PORTO ALEGRE - RS

FINSOCIAL/FATURAMENTO - Inconstitucionalidade alegada na esfera administrativa. Não compete aos Conselhos de Contribuintes o julgamento da matéria. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TELEVISÃO GAUCHA S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em negar provimento ao Recurso.** Vencida a Conselheira MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA que excluia da tributação o período até 10/05/93. Ausente o Conselheiro SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1993.

ROSAIVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

SÉRGIO AFANASIEFF - Relator

DALTON MIRANDA - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO **27 AGO 1993** ao PFN, Dr. RODRIGO DARDEAU VIEIRA, ex-ví da Portaria PGFN nº 481, DO de 04/08/93.

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MAURO WASILEWSKI, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e ARMANDO ZURITA.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no: 11080.011011/91-81
Recurso no: 90.636
Acórdão no: 203-00.376
Recorrente: TELEVISÃO GAUCHA S/A

R E L A T O R I O

A Recorrente acima identificada foi autuada em 31/10/91, por ter deixado de efetuar o pagamento das contribuições mensais para o FINSOCIAL, no período de abril/89 a setembro/91.

A exigência foi impugnada (fls. 17/45) com torrencial argumentação sobre aspectos de constitucionalidade e ilegalidade do FINSOCIAL. Ao final pede o cancelamento do Auto de Infração.

As fls. 50, o autuante, em Informação Fiscal, se manifestou dizendo que não é função do Auditor Fiscal interpretar ou integrar a lei, e, sim, fiscalizar e enquadrar, quando for o caso, o Contribuinte dentro da lei, atendendo-se as determinações da legislação tributária. Opina pela manutenção do lançamento efetuado no Auto de Infração, pelos fundamentos legais a que se cingiu.

A Autoridade Julgadora a quo julgou procedente a ação fiscal e assim ementou sua decisão:

"Mantido o lançamento relativo à Contribuição para o FINSOCIAL não recolhida conforme apurado em procedimento fiscal. Descabida a pretensão da interessada de beneficiar-se do disposto no parágrafo 2º do artigo 161º do CTN, após decorridos mais de 30 (trinta) dias da ciência da decisão de segunda Instância em processo de consulta versando sobre o assunto. Não possui a autoridade administrativa competência para manifestar-se quanto à constitucionalidade das leis."

Irresignada, a Recorrente interpois recurso a este Colegiado (fls. 65/100), renovando o teor da argumentação expediida na peça impugnatória, alertando que o Auto de Infração deve ser cancelado em razão de equívocos que o autuante teria cometido para o levantamento do crédito tributário.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nos 11080.011011/91-81
Acórdão nos 203-00.376

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR SERGIO AFANASIEFF

O Auto de Infração obedeceu a enquadramento em legislação de validade em vigor à época da ocorrência do fato gerador da exigência contestada.

A Recorrente teve todas as oportunidades para se opor ao lançamento do Auto de Infração (tendo-se utilizado, inclusive, do instituto da consulta, prevista no capítulo II do Decreto nº 70.235, de 06/03/72), de modo objetivo. No entanto, em nenhum momento exerceu seu direito de defesa com argumentos ou provas que pudessem ilidir o crédito tributário apurado no Auto de Infração.

Ficou o tempo todo argüindo a constitucionalidade e a ilegalidade do FINSOCIAL.

É entendimento pacífico dos Conselhos de Contribuintes e da Câmara Superior de Recursos Fiscais que foge à sua competência a apreciação de constitucionalidade ou ilegalidade de lei, matéria de apreciação privativa pelo Poder Judiciário.

Isto posto, e por tudo mais que dos autos consta, voto no sentido de negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1993.

SÉRGIO AFANASIEFF